

## Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 1º semestre de 2016

João Pessoa, 12 de agosto de 2016 - A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Paraíba” ou “Companhia”) apresenta os resultados do segundo trimestre (2T16) e dos primeiros seis meses de 2016 (6M16).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

### 1. Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Paraíba é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 1.365 mil clientes e uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes em 216 municípios do Estado da Paraíba, em uma área de 54.595 Km<sup>2</sup>.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro semestre de 2016 e 2015:

Descrição	2T16	2T15	Var. %	6M16	6M15	Var. %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>						
Receita Operacional Bruta	571,1	574,9	- 0,7	1.137,1	1.093,1	+ 4,0
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	535,0	540,3	- 1,0	1.069,6	1.025,0	+ 4,4
Receita Operacional Líquida	370,9	396,2	- 6,4	717,1	740,3	- 3,1
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	334,8	361,6	- 7,4	649,6	672,2	- 3,3
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	51,3	57,3	- 10,5	92,2	125,5	- 26,5
EBITDA	66,8	71,6	- 6,7	123,0	153,9	- 20,1
EBITDA Ajustado	75,6	78,4	- 3,6	140,1	170,8	- 18,0
Resultado financeiro	(30,3)	13,3	-	24,0	(44,0)	-
Lucro Líquido (prejuízo)	15,2	51,4	- 70,4	77,4	76,0	+ 1,8
<b>Indicador Relativo</b>						
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	20,4	19,8	+ 0,6 p.p.	19,5	23,1	- 3,6 p.p.
<b>Indicador Operacional</b>						
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	923,5	943,2	- 2,1	1.857,8	1.937,0	- 4,1

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

### 2. Desempenho financeiro

#### 2.1 Receita operacional bruta e líquida

Nos primeiros seis meses de 2016 (6M16), a Energisa Paraíba apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 1.069,6 milhões, ante R\$ 1.025,0 milhões registrados em 6M15, aumento de 4,4% (R\$ 44,6 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, registrou queda de 3,3% (R\$ 22,6 milhões) no período, para R\$ 649,6 milhões.

No 2T16, a receita operacional líquida (R\$ 334,8 milhões), também deduzida das receitas de construção, apresentou redução de 7,4% (R\$ 26,8 milhões) em relação ao 2T15.

Dentre os fatores que impactaram as receitas no primeiro semestre de 2016 se destacam:

- Embora o número de consumidores cativos tenha apresentado um crescimento de 2,0%, o consumo de energia elétrica, cativo e livre, caiu 5,5% no primeiro semestre de 2016, conforme item 3 deste comentário de desempenho;
- Reversão contábil de ativos e passivos financeiros setoriais (CVA's) no montante de R\$ 45,0 milhões no semestre, contra R\$ 23,4 milhões registrados no mesmo período de 2015;
- Retração das subvenções vinculadas aos serviços públicos, que em 6M15 foi de R\$ 63,9 milhões, contra R\$ 59,3 milhões em 6M16;
- Aumento de 170,2% do valor da quota CDE, cujo registro no semestre foi de R\$ 71,6 milhões, contra R\$ 26,5 milhões em 2015.

A composição da receita líquida é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T16	2T15	Var. %	6M16	6M15	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	459,8	506,2	- 9,2	985,3	967,6	+ 1,8
✓ Residencial	226,5	241,5	- 6,2	485,7	461,7	+ 5,2
✓ Industrial	50,4	60,2	- 16,3	107,4	116,7	- 8,0
✓ Comercial	98,3	110,2	- 10,8	210,2	211,3	- 0,5
✓ Rural	19,1	19,9	- 4,0	41,9	38,9	+ 7,7
✓ Outras classes	65,5	74,4	- 12,0	140,1	139,0	+ 0,8
(+) Suprimento de energia elétrica	50,2	1,3	+ 3.761,5	56,2	2,6	+ 2.061,5
(+) Fornecimento não faturado líquido	(5,0)	(2,5)	+ 100,0	(10,9)	(9,3)	+ 17,2
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	10,2	10,9	- 6,4	20,9	21,0	- 0,5
(+) Receitas de construção	36,1	34,6	+ 4,3	67,5	68,1	- 0,9
(+) Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva	(10,8)	(7,9)	+ 36,7	(45,0)	(23,4)	+ 92,3
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	29,6	31,0	- 4,5	59,3	63,9	- 7,2
(+) Outras receitas	1,0	1,3	- 23,1	3,8	2,6	+ 46,2
<b>(=) Receita bruta</b>	<b>571,1</b>	<b>574,9</b>	<b>- 0,7</b>	<b>1.137,1</b>	<b>1.093,1</b>	<b>+ 4,0</b>
(-) Impostos sobre vendas	160,8	164,8	- 2,4	340,8	322,7	+ 5,6
(-) Deduções bandeiras tarifárias	-	(7,9)	-	0,1	(2,4)	-
(-) Encargos setoriais	39,4	21,8	+ 80,7	79,1	32,5	+ 143,4
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>370,9</b>	<b>396,2</b>	<b>- 6,4</b>	<b>717,1</b>	<b>740,3</b>	<b>- 3,1</b>
(-) Receitas de construção	36,1	34,6	+ 4,3	67,5	68,1	- 0,9
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>334,8</b>	<b>361,6</b>	<b>- 7,4</b>	<b>649,6</b>	<b>672,2</b>	<b>- 3,4</b>

## 2.2 Ambiente regulatório

### 2.2.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015, entrou em prática nas contas de energia elétrica o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”. As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias em 2016 foram de R\$ 30,9 milhões, ante os R\$ 80,0 milhões registrados no mesmo semestre de 2015.

Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu, em 40%, o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R\$ 2,50 para R\$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1, já chamado de “bandeira rosa”, com cobrança extra de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos e o patamar 2, de cor vermelha, que mantém o valor de R\$ 4,50 por 100 kWh.

### 2.2.2 Reajuste tarifário anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") homologou em agosto de 2015 o reajuste tarifário anual da Energisa Paraíba. O efeito médio para o consumidor foi de 10,79%, conforme abaixo:

Efeito para o Consumidor (%)			Vigência
Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio	
10,51	11,47	10,79	28/08/2015

### 2.2.3 Base de remuneração regulatória

O processo de valoração dos ativos da Base de Remuneração Regulatória utiliza o método do Valor Novo de Reposição - VNR, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação.

A Base de Remuneração Regulatória é composta pelos valores dos seguintes itens:

- i) Ativo Imobilizado em Serviço (AIS)
  - Terrenos
  - Edificações, obras civis e benfeitorias
  - Máquinas e equipamentos
- ii) Intangíveis - Servidões
- iii) Almoxarifado de Operações
- iv) Obrigações Especiais

A Base de Remuneração Líquida (BRL) da Energisa Paraíba e a data da próxima Revisão Tarifária (RT) são as seguintes:

Base de Remuneração Líquida (BRL) (Em R\$ milhões) <sup>(1)</sup>		Data revisão tarifária	
3º Ciclo	4º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo
827,3	- <sup>(2)</sup>	ago/17 <sup>(2)</sup>	ago/21

<sup>(1)</sup> A preços da data da RT (mês anterior ao reajuste em cada ciclo).

<sup>(2)</sup> BRL não homologada pela ANEEL, distribuidora ainda não realizou a revisão tarifária no ciclo.

### 2.2.4 Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético

A Aneel também homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Paraíba pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 59,3 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional no primeiro semestre de 2016.

### 2.3 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 557,4 milhões em 6M16 e R\$ 283,4 milhões no 2T16, crescimento de 2,0% (R\$ 10,7 milhões) e queda de 6,9% (R\$ 20,9 milhões) respectivamente, quando comparado com o mesmo período de 2015. Desse total, as despesas não controláveis registraram um decréscimo de 3,1% (12,8% no 2T16), totalizando R\$ 392,8 milhões (R\$ 198,4 milhões no 2T16). As despesas controláveis apresentaram um crescimento de R\$ 12,8 milhões (R\$ 7,8 milhões no 2T16), totalizando R\$ 129,7 milhões (R\$ 66,8 milhões no 2T16). Excluindo, as despesas registradas em 6M16 como déficit atuarial, no montante de R\$ 5,2 milhões, o aumento das despesas controláveis seria de 6,5%.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T16	2T15	Variação R\$ milhões	6M16	6M15	Variação R\$ milhões
1 Despesas não controláveis	198,4	227,6	- 29,2	392,8	405,4	- 12,6
1.1 Compra de energia	178,2	207,2	- 29,0	341,4	365,1	- 23,7
1.2 Transporte de potência elétrica	20,2	20,4	- 0,2	45,4	40,3	+ 5,1
2 Despesas controláveis	66,8	59,0	+ 7,8	129,7	116,9	+ 12,8
2.1 Pessoal	25,5	25,5	-	50,8	49,9	+ 0,9
2.2 Fundo de pensão	5,6	2,8	+ 2,8	11,2	5,7	+ 5,5
2.3 Material	3,9	3,8	+ 0,1	7,7	7,1	+ 0,6
2.4 Serviços de terceiros	22,3	20,8	+ 1,5	44,4	42,1	+ 2,3
2.5 Outras	9,5	6,1	+ 3,4	15,6	12,1	+ 3,5
3 Provisões contingências e devedores duvidosos	2,7	1,5	+ 1,2	3,3	(7,6)	+ 10,9
4 Depreciação e amortização	15,5	14,3	+ 1,2	30,7	28,4	+ 2,3
5 Outras despesas/receitas	-	1,9	- 1,9	0,9	3,6	- 2,7
<b>Subtotal</b>	<b>283,4</b>	<b>304,3</b>	<b>- 20,9</b>	<b>557,4</b>	<b>546,7</b>	<b>+ 10,7</b>
6 Custo de construção (*)	36,1	34,6	+ 1,5	67,5	68,1	- 0,6
<b>Total</b>	<b>319,5</b>	<b>338,9</b>	<b>- 19,4</b>	<b>624,9</b>	<b>614,8</b>	<b>+ 10,1</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

## 2.4 Lucro líquido e geração de caixa

No primeiro semestre de 2016, a Energisa Paraíba registrou lucro líquido de R\$ 77,4 milhões, ante os R\$ 76,0 milhões registrados em igual período do ano passado. Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 140,1 milhões em 6M16, contra R\$ 170,8 milhões apurados em 6M15, redução de 18,0%. No 2T16, a Energisa Paraíba registrou lucro líquido de R\$ 15,2 milhões, contra R\$ 51,4 milhões no 2T15. A geração de caixa (EBITDA Ajustado) apresentou redução de 3,6%, passando de R\$ 78,4 milhões no 2T15 para R\$ 75,6 milhões no 2T16.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Semestre		
	2T16	2T15	Var. %	6M16	6M15	Var. %
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>15,2</b>	<b>51,4</b>	<b>- 70,4</b>	<b>77,4</b>	<b>76,0</b>	<b>+ 1,8</b>
(-) Contribuição social e imposto de renda	(5,8)	(19,2)	- 69,8	(38,9)	(5,5)	+ 607,3
(-) Resultado financeiro	(30,3)	13,3	-	24,0	(44,0)	-
(-) Depreciação e amortização	(15,5)	(14,3)	+ 8,4	(30,7)	(28,4)	+ 8,1
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>66,8</b>	<b>71,6</b>	<b>- 6,7</b>	<b>123,0</b>	<b>153,9</b>	<b>- 20,1</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	8,8	6,8	+ 29,4	17,1	16,9	+ 1,2
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	<b>75,6</b>	<b>78,4</b>	<b>- 3,6</b>	<b>140,1</b>	<b>170,8</b>	<b>- 18,0</b>
Margem do EBITDA Ajustado (%)	20,4	19,8	+ 0,6 p.p.	19,5	23,1	- 3,6 p.p.

## 2.5 Disponibilidades financeiras e endividamento

O resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras) totalizou uma receita financeira de R\$ 24,0 milhões em 6M16 (despesa de R\$ 30,3 milhões no 2T16), contra uma despesa financeira de R\$ 44,0 milhões em 6M15 (receita de R\$ 13,3 milhões no 2T15).

Em 30 de junho de 2016, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Paraíba totalizou R\$ 188,2 milhões, que incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da Energisa Paraíba, que incluem empréstimos, financiamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos e fundo de pensão, passou de R\$ 569,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 550,3 milhões em 30 de junho de 2016.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa Paraíba entre 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Descrição Valores em R\$ milhões	30/06/2016	31/03/2016	31/12/2015
<b>Curto Prazo</b>	<b>274,9</b>	<b>201,6</b>	<b>211,4</b>
Empréstimos e financiamentos	278,7	172,9	192,8
Encargos de dívidas	3,8	5,3	3,6
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	10,6	10,6	10,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(18,2)	12,8	4,4
<b>Longo Prazo</b>	<b>463,6</b>	<b>543,2</b>	<b>652,7</b>
Empréstimos e financiamentos	449,1	609,2	655,3
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	72,5	69,9	67,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(58,0)	(135,9)	(69,8)
<b>Total das dívidas</b>	<b>738,5</b>	<b>744,8</b>	<b>864,1</b>
(-) Disponibilidades financeiras	211,8	218,2	258,0
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	14,4	17,2	29,4
(-) Créditos CVA	(38,0)	(27,9)	7,4
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>550,3</b>	<b>537,3</b>	<b>569,3</b>

### 3. Mercado de energia

No primeiro semestre de 2016 (6M16), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Paraíba, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 2.036,5 GWh (1.019,2 GWh no 2T16), decréscimo de 5,5% (3,1% no 2T16) em relação ao igual período do ano anterior.

A energia total distribuída em 6M16 foi de 2.278,4 GWh, ante os 2.136,6 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Semestre		
	2T16	2T15	Var. %	6M16	6M15	Var. %
<b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>923,5</b>	<b>943,2</b>	<b>- 2,1</b>	<b>1.857,2</b>	<b>1.937,0</b>	<b>- 4,1</b>
✓ Residencial	408,8	402,5	+ 1,6	824,5	827,3	- 0,3
✓ Industrial	118,8	127,4	- 6,8	235,8	263,4	- 10,5
✓ Comercial	176,2	180,8	- 2,5	355,5	369,0	- 3,7
✓ Rural	56,4	63,6	- 11,3	116,4	138,1	- 15,7
✓ Outras Classes	163,3	168,9	- 3,3	325,0	339,2	- 4,2
<b>2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)</b>	<b>95,7</b>	<b>109,1</b>	<b>- 12,3</b>	<b>179,3</b>	<b>218,7</b>	<b>- 18,0</b>
<b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>1.019,2</b>	<b>1.052,3</b>	<b>- 3,1</b>	<b>2.036,5</b>	<b>2.155,7</b>	<b>- 5,5</b>
<b>4 Não faturado</b>	<b>(6,2)</b>	<b>(7,0)</b>	<b>- 11,4</b>	<b>(10,6)</b>	<b>(52,1)</b>	<b>- 79,7</b>
<b>5 Suprimento de energia</b>	<b>132,0</b>	<b>11,5</b>	<b>+ 1.047,8</b>	<b>252,5</b>	<b>33,0</b>	<b>+ 665,2</b>
<b>6 Energia Total Distribuída (3+4+5)</b>	<b>1.145,0</b>	<b>1.056,8</b>	<b>+ 8,3</b>	<b>2.278,4</b>	<b>2.136,6</b>	<b>+ 6,6</b>

A Energisa Paraíba encerrou o primeiro semestre de 2016 com 1.365.812 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,0% superior à registrada no fim de junho de 2015. Já o número de consumidores livres totalizou 24 no fim de junho de 2016.

#### Perdas de energia

Em junho de 2016, as perdas de energia da Energisa Paraíba se situaram em 12,60%, contra 12,69% nos últimos doze meses encerrados em junho de 2015.

#### 4. Investimentos

---

No primeiro semestre de 2016, os investimentos da Energisa Paraíba totalizaram R\$ 79,1 milhões, ante os R\$ 69,9 milhões investidos no 6M15.

#### 5. Distribuição de dividendos

---

O Conselho de Administração da Energisa Paraíba aprovou as seguintes distribuições de dividendos intermediários, relativos ao exercício em curso:

- i) em reunião de 07 de julho, o valor de R\$ 44,1 milhões, à razão de R\$ 48,0457506099 por ação ordinária. Estes dividendos foram pagos em 11 de julho; e
- ii) em reunião de 12 de agosto o montante de R\$ 21,1 milhões, equivalente a R\$ 23,0264317439 por ação ordinária. Estes dividendos serão pagos a partir do dia 15 de agosto.

#### 6. Serviços prestados pelo auditor independente

---

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Paraíba no primeiro semestre de 2016 foi de R\$ 373 mil, sendo R\$ 290 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## 7. Demonstrações financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Em milhares de reais)

	30/06/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalente de caixa	78.607	115.287
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	101.187	109.737
Consumidores e concessionárias	280.005	276.383
Estoques	5.279	5.756
Impostos a recuperar	63.745	47.998
Instrumentos financeiros derivativos	33.975	14.799
Despesas pagas antecipadamente	3.469	3.973
Ativo financeiro setorial	53.324	136.602
Outros créditos	31.934	46.580
<b>Total do circulante</b>	<b>651.525</b>	<b>757.115</b>
<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	32.051	32.946
Consumidores e concessionárias	24.138	10.622
Impostos a recuperar	17.091	19.002
Créditos tributários	134.141	164.266
Cauções e depósitos vinculados	27.167	26.612
Instrumentos financeiros derivativos	58.451	69.831
Ativo financeiro setorial	3.271	21.310
Contas a receber da concessão	380.858	349.759
Outros créditos	9.859	15.360
	<b>687.027</b>	<b>709.708</b>
Investimentos	79	88
Imobilizado	10.041	10.973
Intangível	692.175	678.546
<b>Total do não circulante</b>	<b>1.389.322</b>	<b>1.399.315</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.040.847</b>	<b>2.156.430</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Em milhares de reais)

	30/06/2016	31/12/2015
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	130.635	115.093
Encargos de dívidas	3.809	3.642
Empréstimos e financiamentos	278.746	192.785
Folha de pagamento	2.327	4.553
Tributos e contribuições sociais	49.696	65.034
Obrigações estimadas	11.683	9.358
Taxa de iluminação pública arrecadada	7.378	7.359
Benefícios a empregados - plano de pensão	10.620	10.620
Encargos setoriais	28.443	33.295
Instrumentos financeiros derivativos	15.806	19.213
Passivo financeiro setorial	87.610	106.827
Outras contas a pagar	7.121	16.145
<b>Total do circulante</b>	<b>633.874</b>	<b>583.924</b>
<b>Não circulante</b>		
Fornecedores	2.646	2.646
Empréstimos e financiamentos	449.147	655.255
Tributos e contribuições sociais	49.463	41.431
Passivo financeiro setorial	6.940	43.710
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	53.199	53.391
Benefícios a empregados - plano de pensão	72.509	67.199
Encargos setoriais	13.505	12.071
Instrumentos financeiros derivativos	429	-
Outros	945	1.996
<b>Total do não circulante</b>	<b>648.783</b>	<b>877.699</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	526.992	487.457
Reservas de capital	97.002	97.002
Reservas de lucros	84.979	124.514
Dividendos adicionais propostos	-	14.040
Lucros acumulados	77.423	-
Outros resultados abrangentes	(28.206)	(28.206)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>758.190</b>	<b>694.807</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.040.847</b>	<b>2.156.430</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 3. Demonstrações de Resultados

**ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
**SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015**  
 (Em milhares de reais)

	6M16	6M15
<b>Receita operacional bruta</b>		
Fornecimento de energia elétrica	974.345	958.231
Suprimento de energia elétrica	56.212	2.579
Disponibilidade do sistema elétrico	20.887	21.023
Receita de construção	67.491	68.054
Outras receitas	18.204	43.189
	<b>1.137.139</b>	<b>1.093.076</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>		
ICMS faturado	244.280	234.489
PIS, Cofins e ISS	96.532	88.208
Encargos setoriais - Bandeiras tarifárias	52	(2.391)
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	79.127	32.453
	<b>419.991</b>	<b>352.759</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>717.148</b>	<b>740.317</b>
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>		
Pessoal	50.819	49.914
Entidade de previdência privada	11.204	5.717
Material	7.651	7.052
Serviços de terceiros	44.400	42.076
Energia elétrica comprada para revenda	347.430	365.112
Transporte de potência elétrica	45.374	40.298
Depreciação e amortização	30.719	28.429
Provisão para contingências /devedores duvidosos	3.263	(7.594)
Custo de construção	67.491	68.054
Outras despesas/receitas	16.574	15.768
	<b>624.925</b>	<b>614.826</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>92.223</b>	<b>125.491</b>
<b>Receita (Despesa) financeira</b>		
Receitas de aplicações financeiras	14.604	4.616
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	17.139	16.914
Atualização contas a receber da concessão (VNR)	13.184	8.584
Outras receitas financeiras	2.988	14.678
Encargos de dívidas - juros	(20.350)	(20.117)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	93.151	(53.012)
(-) Transferência para ordens em curso	1.768	1.964
Marcação a mercado de derivativos	50.888	(22.342)
Instrumentos financeiros derivativos	(131.983)	29.384
Ajuste valor presente de ativos	2.067	(8.773)
Outras despesas financeiras	(19.478)	(15.917)
	<b>23.978</b>	<b>(44.021)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>116.201</b>	<b>81.470</b>
Contribuição social e imposto de renda	(38.778)	(5.442)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>77.423</b>	<b>76.028</b>
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	84,32	82,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas Explicativas

---

**Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A**  
**Notas explicativas às informações trimestrais**  
**Período findo em 30 de junho de 2016**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

### 1. Contexto operacional

---

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa PB”), empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.365.836 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgada à Energisa PB a distribuição de energia elétrica no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14 e 21, respectivamente.

## 2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 12 de agosto de 2016 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015”), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2016.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

## 3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

### Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto quanto à adoção do IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.

## 4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

## 5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados.

### a) Caixa e equivalente de caixa

Descrição	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários à vista	24.314	29.827
<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata:</b>	<b>54.293</b>	<b>85.460</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	38.299	36.879
Compromissada <sup>(1)</sup>	15.994	48.581
<b>Total caixa e equivalentes de caixa <sup>(2)</sup></b>	<b>78.607</b>	<b>115.287</b>

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2016 equivale a 101,65% do CDI (111,30% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

(1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata e são remuneradas a 103,2% do CDI.

(2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

## b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

Descrição	30/06/2016	31/12/2015
<b>1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>127.931</b>	<b>137.964</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	28.102	29.287
Compromissada <sup>(1)</sup>	33	-
Fundo de Investimento <sup>(2)</sup>	614	699
Fundos de Investimentos Exclusivos <sup>(3)</sup>	99.037	107.429
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	731	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1.834	20.204
Debêntures	19.556	37.091
Compromissadas	913	4.511
Depósito a Prazo c/ Garantia Especial - DPGE	-	35
Títulos públicos	37.803	175
Fundo de Renda Fixa	25.515	45.413
Letra financeira (LF)	12.685	-
Outros instrumentos	145	549
<b>(2) Mantidas até o vencimento</b>	<b>5.307</b>	<b>4.719</b>
Fundo de investimento em direitos creditórios-FIDC <sup>(4)</sup>	5.307	4.719
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados <sup>(5)</sup></b>	<b>133.238</b>	<b>142.683</b>
Circulante	101.187	109.737
Não Circulante	32.051	32.946

(1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

(2) Fundos de Investimentos - São classificados como renda fixa e são remunerados de 68,74% a 101,64% do CDI.

(3) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF e NTN-B, e são remuneradas de 101,97% até 124,74% do CDI.

(4) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 01/12/2020.

(5) Inclui R\$ 34.201 (R\$35.254 em 2015) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2016 equivale a 115,80% do CDI (111,30% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

## 6. Consumidores e concessionárias

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa (4)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		30/06/2016	31/12/2015
<b>Valores correntes: (1)</b>									
Residencial	27.240	-	38.267	6.148	239	42	(6.429)	65.507	70.016
Industrial	19.134	-	1.694	409	725	5.797	(5.797)	21.962	25.474
Comercial	20.929	-	6.684	1.226	521	1.747	(2.268)	28.839	33.681
Rural	2.848	-	3.108	796	100	53	(53)	6.852	8.922
Poder público	10.103	-	1.657	86	76	91	(91)	11.922	13.784
Iluminação pública	7.741	-	1.652	709	19	6	(6)	10.121	10.302
Serviço público	4.837	-	137	89	107	1	(1)	5.170	6.196
Fornecimento não faturado	40.915	-	-	-	-	-	-	40.915	51.831
<b>Valores renegociados:</b>									
Residencial	2.375	8.000	1.632	629	813	5.048	(9.630)	8.867	10.472
Industrial	1.156	2.543	234	103	211	3.113	(3.866)	3.494	4.209
Comercial	857	2.609	393	151	197	2.669	(3.606)	3.270	2.802
Rural	252	529	133	67	102	842	(1.274)	651	774
Poder público	4.205	38.644	438	402	4	48	(1.472)	42.269	43.045
Iluminação pública	576	4.891	87	71	0	14	(518)	5.121	6.774
Serviço público	7.387	2.540	29	7	14	200	(414)	9.763	7.670
(-) Ajuste valor Presente (3)	(390)	(17.388)						(17.778)	(19.845)
<b>Subtotal -clientes</b>	<b>150.165</b>	<b>42.368</b>	<b>56.145</b>	<b>10.893</b>	<b>3.128</b>	<b>19.671</b>	<b>(35.425)</b>	<b>246.945</b>	<b>276.107</b>
Suprimento Energia - Moeda Nacional (2)	56.646	-	-	-	-	40	(40)	56.646	10.583
Outros	552	-	-	-	-	770	(770)	552	315
<b>Total</b>	<b>207.363</b>	<b>42.368</b>	<b>56.145</b>	<b>10.893</b>	<b>3.128</b>	<b>20.481</b>	<b>(36.235)</b>	<b>304.143</b>	<b>287.005</b>
Circulante								280.005	276.383
Não Circulante								24.138	10.622

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de suprimento de energia - moeda nacional em 30 de junho de 2016, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$56.621 (R\$10.623 em 31 de dezembro de 2015), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de junho de 2016. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante de R\$32.429 (R\$5.513 em 31 de dezembro de 2015), referente à aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$15.996 (R\$28.579 em 31 de dezembro de 2015), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/06/2016	31/12/2015
Créditos a vencer	56.581	10.583
Créditos vencidos (*)	40	40
<b>Sub-total créditos CCEE (*)</b>	<b>56.621</b>	<b>10.623</b>
(-) Aquisições de energia na CCEE	(32.429)	(5.513)
(-) Encargos de serviços do sistema	(15.996)	(28.579)
<b>Total créditos CCEE</b>	<b>8.196</b>	<b>(23.469)</b>

(\*) O sub-total de R\$56.621 não inclui a provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$40.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

Uso de estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

(3) Ajuste a valor presente : refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual do CDI de 14,13% a.a. (14,14% em 31 de dezembro de 2015). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante; e

(4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.

Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação ocorrida no período/ exercício de 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Movimentação das provisões	30/06/2016	31/12/2015
Saldo - inicial -circulante - 31/12/2015 e 31/12/2014	30.199	34.852
Provisões constituídas no período/ exercício	6.499	6.996
Reversão de provisões no período/ exercício	(308)	(11.649)
<b>Saldo - final - circulante - 30/06/2016 e 31/12/2015</b>	<b>36.390</b>	<b>30.199</b>
Consumidores e concessionárias	36.235	30.017
Outras contas a receber	155	182

## 7. Tributos a recuperar

	30/06/2016	31/12/2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	22.037	19.573
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (b)	6.556	4.407
Imposto de Renda - IRPJ (c)	26.576	22.527
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL (c)	11.992	7.026
Contribuição do PIS e COFINS (d)	13.052	13.467
Outros	623	-
	<b>80.836</b>	<b>67.000</b>
Circulante	63.745	47.998
Não circulante	17.091	19.002

- (a) Refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Imposto de renda originado principalmente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras e serviços prestados a terceiros. Os saldos são compensados com as antecipações mensais de IRPJ, sendo o valor excedente não utilizado dentro do próprio exercício incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- (c) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados em anos calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB.
- (d) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre aquisição até 31 de dezembro de 2014 de equipamentos, materiais e de prestação de serviços para o ativo intangível e imobilizado, os quais são realizáveis nos próximos 30 meses e créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre a despesas de depreciação de máquinas e equipamentos do ativo intangível, ambos compensáveis com os débitos desses tributos, incidentes sobre fornecimento de energia elétrica.

## 8. Revisão e reajuste tarifário periódico

### 8.1 Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.938 de 25 de agosto de 2015, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor desde 28 de agosto de 2015, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 10,79%.

### 8.2 Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 3,8%.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

### 8.3 Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em agosto de 2017. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.592 de 27 de agosto de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2013, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi uma redução de 3,02%.

#### 8.4 Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia passaram a ter a incidência do mecanismo denominado Sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Mensalmente, por meio de um Despacho, a ANEEL divulga a cor da Bandeira Tarifária que será vigente no mês civil seguinte. Para tanto, utiliza-se de informações fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS de previsões de geração de energia elétrica no país relativas aos custos de geração de energia por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE realizar a gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Dessa forma, as bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia no SIN.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre quaisquer acréscimos;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 uma nova alteração da regulamentação definiu um adicional de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março do mesmo ano o índice foi alterado para R\$5,50 e em setembro de 2015 alterado para R\$4,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016, nova alteração na regulamentação definiu a abertura da bandeira vermelha em dois patamares: patamar 1 com um índice de R\$3,00 e patamar 2 com um índice de R\$4,50 aplicáveis a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As alterações da regulamentação de bandeiras tarifárias observadas no segundo semestre de 2015 e início de 2016 foram promovidas pela ANEEL para garantir que o mecanismo regulatório estivesse efetivamente alinhado com as necessidades de coberturas de custos de geração de energia do país. Ao longo da aplicação desse mecanismo foi possível observar que por um período ocorreu insuficiência de recursos (conta centralizadora deficitária), enquanto em outro período se observou sobre de recursos (superávit da conta centralizadora).

Importante destacar que desde abril de 2016 a Bandeira Tarifária Verde está vigente o que, conforme citado, não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores.

## 9. Ativos e passivos financeiros setoriais

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Desde o exercício de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores iniciais reconhecidos de ativo e passivo financeiro setorial tiveram a contrapartida à receita de venda de bens e serviços.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Ativos e passivos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Saldo em 30/06/2016
		Adição	Amortização		
<b>Itens da Parcela A (i)</b>					
Energia elétrica comprada para revenda	123.205	(3.013)	(84.980)	485	35.697
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	(665)	4.966	570	234	5.105
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	4.711	1.324	(2.720)	127	3.442
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	(22.610)	(20.458)	21.650	(738)	(22.156)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	26.997	(7.670)	(13.770)	548	6.105
<b>Componentes financeiros</b>					
Neutralidade da Parcela A (iv)	(251)	4.983	557	5	5.294
Sobrecontratação de energia (ii)	(107.981)	23.803	28.420	(404)	(56.162)
CUSD	(506)	24	343	-	(139)
Exposição de submercados	2.999	(12.604)	(2.571)	(618)	(12.794)
Garantias Financeiras (v)	721	75	(394)	-	402
Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior (vi)	(10.415)	-	8.927	-	(1.488)
Outros itens financeiros (vii)	(8.830)	-	7.569	-	(1.261)
<b>Total Ativo e Passivo</b>	<b>7.375</b>	<b>(8.570)</b>	<b>(36.399)</b>	<b>(361)</b>	<b>(37.955)</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>136.602</b>				<b>53.324</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>21.310</b>				<b>3.271</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>(106.827)</b>				<b>(87.610)</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>(43.710)</b>				<b>(6.940)</b>

**(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA**

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

**(ii) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)**

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

**(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS**

Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN.

**(iv) Neutralidade**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

**(v) Garantias Financeiras**

Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

**(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior**

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

## (vii) Outros itens financeiros

Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

## 10. Outros créditos

	30/06/2016	31/12/2015
Baixa renda (1)	5.973	11.082
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	16.103	18.339
Ordens de serviço em curso - outros	198	431
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	8.424	18.308
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	1.692	1.611
Ressarcimento geradoras (3)	8.570	11.133
Adiantamentos	587	892
Outros	244	144
Total	41.791	61.940
Circulante	31.934	46.580
Não circulante	9.857	15.360

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE - desconto tarifário:

## (1) Baixa Renda

	30/06/2016	31/12/2015
Saldo - inicial 31/12/2015 e 31/12/2014	11.082	23.574
Subvenção baixa renda	34.972	67.959
Ressarcimento Eletrobrás	(40.081)	(80.451)
Saldo- final - circulante -30/06/2016 e 31/12/2015	5.973	11.082

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

## (2) Subvenção CDE - desconto tarifário

	30/06/2016	31/12/2015
Saldo - inicial 31/12/2015 e 31/12/2014	18.308	26.642
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural aplicados nas tarifas	24.335	60.165
Ressarcimento Eletrobrás	(34.192)	(70.109)
Atualização monetária (*)	(27)	1.610
Total	8.424	18.308

(\*) conforme regulamentação emitida pela ANEEL através da Resolução homologatória nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015.

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 30 de junho de 2016, o saldo em aberto corresponde à subvenção incorrida nos meses de maio e junho de 2016, cujos ressarcimentos ocorreram no terceiro trimestre 2016.

## (3) Ressarcimento geradoras

A Companhia reconheceu até 30 de junho de 2016, R\$8.570 como redutor de custo de energia comprada, referente aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) na modalidade de contratos por disponibilidade que possuem obrigação de entrega de um montante mínimo vinculado a estes contratos. Caso ocorra indisponibilidade de energia e/ou de geração verificada inferior à inflexibilidade da

usina, os geradores ficam obrigados, conforme Procedimentos de Comercialização Vigentes, a compensar as Distribuidoras por meio de ressarcimentos.

## 11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Minas - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício e Parque Eólico Sobradinho, Energisa Comercializadora de Energia S/A, além das participações nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale do Paranapanema S/A (EDEVP), Empresa Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A, (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas no período:

	Serviços contratados (Despesa) <sup>(1)</sup>	Energia Elétrica comprada para revenda (Custo) <sup>(2)</sup>	Comissão aval (Despesa financeira) <sup>(3)</sup>	Saldo a receber (Consumidores e concessionárias)	Saldo a pagar (fornecedores)
Energisa S/A	13.223	-	4.872	-	2.112
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	-	47	-	-	-
Energisa Soluções S/A	4	-	-	-	-
30/06/2016	13.227	47	4.872	-	2.112
30/06/2015	11.973	15	3.640	15	1.889
31/12/2015	-	-	-	245	2.119

(1) Os serviços contratados junto a Controladora Energisa S/A referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL.

(2) Os valores de energia elétrica comprada estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

### Remuneração dos Administradores

No período findo em 30 de junho 2016, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$810 (R\$745 em 30 de junho de 2015) e da Diretoria foi de R\$600 (R\$535 em 30 de junho de 2015). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$276 (R\$310 em 30 de junho de 2015). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$318 (R\$299 em 30 de junho de 2015).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de junho, foram de R\$75 e R\$6 (R\$65 e R\$5 em 30 de junho de 2015), respectivamente. A remuneração média no período de 2016 foi de R\$20 (R\$19 em 30 de junho de 2015).

Na AGO de 26 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2016 no montante de R\$9.976 (R\$9.280 para o exercício de 2015).

## 12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	30/06/2016	31/12/2015
<b>Ativo - diferenças temporárias</b>		
Imposto de renda	133.376	150.826
Contribuição social sobre o lucro líquido	48.016	54.297
<b>Total - não circulante</b>	<b>181.392</b>	<b>205.123</b>
<b>Passivo - diferenças temporárias</b>		
Imposto de renda	34.743	30.042
Contribuição social	12.508	10.815
	<b>47.251</b>	<b>40.857</b>
<b>Totais líquidos - ativos não circulantes</b>	<b>134.141</b>	<b>164.266</b>

As diferenças temporárias são como segue:

	30/06/2016		31/12/2015	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo</b>				
Variações cambiais passivas	110.523	37.578	206.465	70.198
Créditos fiscais - ágio (1)	161.432	54.887	167.313	56.886
Provisão ajuste atuarial	87.370	29.706	82.708	27.954
Provisões para riscos - contingências civis, trabalhistas e fiscais.	53.199	18.088	53.391	18.153
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	29.746	10.114	23.555	8.009
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras).	27.603	9.384	26.169	8.897
Ajuste a valor presente	17.778	6.045	19.845	6.747
Ativo financeiro setorial (CVA's)	37.955	12.905	12.084	4.109
Outras adições temporárias	7.173	2.438	11.774	4.170
Marcação a mercado - dívida	729	248	(4.818)	(1.638)
Marcação a mercado - derivativo	(76.190)	(25.905)	(65.417)	(22.242)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a Receber da concessão e atualizações:	(62.783)	(21.347)	(49.933)	(16.977)
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>394.535</b>	<b>134.141</b>	<b>483.136</b>	<b>164.266</b>

(1) benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, pelo método linear.

A seguir está apresentada a estimativa para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Exercício	Realização dos créditos fiscais
2016	5.660
2017	13.701
2018	12.242
2019	20.446
2020	24.327
2021 a 2025	105.016
<b>Total</b>	<b>181.392</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	20.992	116.201	70.536	81.470
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(7.137)	(39.508)	(23.982)	(27.700)
Ajustes:				
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	-	-	4.708	21.657
Outras adições permanentes	600	-	-	-
Outras exclusões permanentes (**)	730	730	114	601
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	<b>(5.807)</b>	<b>(38.778)</b>	<b>(19.160)</b>	<b>(5.442)</b>
Alíquota efetiva	27,66%	33,37%	27,16%	6,68%

(\*) A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo fiscal SUDENE- auferidos no período findo em 30 de junho de 2015 no montante de R\$21.657, registrado diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07. Não foi apurado base de cálculo de lucro de exploração em 30 de junho de 2016.

(\*\*) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

Em dezembro de 2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 e o deferimento de seu pedido junto a Receita Federal - Despacho decisório nº 128 DRF/JPA de 23 de maio de 2013 e consiste na redução de até 75% do imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração

**Uso de estimativas:** os créditos tributários são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

### 13. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015 (Proret - Procedimentos de Regulação Tarifária) onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

No período findo em 30 de junho de 2016, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$13.184(R\$8.584 em 30 de junho de 2015). Incluindo o impacto do recálculo da atualização monetária pelo IPCA.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 30 de junho de 2016, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	30/06/2016	31/12/2015
Ativo financeiro - 31/12/2015 e 31/12/2014	349.759	276.224
Adições no período/ exercício (*)	18.975	53.975
Baixas no período/ exercício	(1.060)	(2.093)
<b>Ativo financeiro</b>	<b>367.674</b>	<b>328.106</b>
Atualização do contas a receber da concessão - VNR (**)	13.184	21.653
<b>Ativo financeiro custo corrigido- 30/06/2016 e 31/12/2015</b>	<b>380.858</b>	<b>349.759</b>

(\*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão;

(\*\*) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização da base de remuneração utilizada pelo regulador nos processos de reajustes tarifários. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

## 14. Intangível e Imobilizado

	30/06/2016	31/12/2015
Intangível - Contrato de concessão	692.175	678.546
Imobilizado	10.041	10.973
<b>Total</b>	<b>702.216</b>	<b>689.519</b>

### Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão. A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

	Saldo 31/12/2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/06/2016
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo	1.337.313	-	35.431	(5.477)	-	1.367.267
Amortização Acumulada	(555.974)	-	-	3.109	(34.223)	(587.088)
Subtotal	781.339	-	35.431	(2.368)	(34.223)	780.179
Em Curso	61.024	78.662	(35.431)	(22.601)	-	81.654
<b>Total</b>	<b>842.363</b>	<b>78.662</b>	<b>-</b>	<b>(24.969)</b>	<b>(34.223)</b>	<b>861.833</b>
<b>Obrigações Vinculadas à concessão</b>						
Custo	197.401	-	4.809	-	-	202.210
Amortização Acumulada	(56.327)	-	-	-	(4.762)	(61.089)
Subtotal	141.074	-	4.809	-	(4.762)	141.121
Em Curso	22.743	14.228	(4.809)	(3.625)	-	28.537
<b>Total das Obrigações Vinculadas à concessão</b>	<b>163.817</b>	<b>14.228</b>	<b>-</b>	<b>(3.625)</b>	<b>(4.762)</b>	<b>169.658</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>678.546</b>	<b>64.434</b>	<b>-</b>	<b>(21.344)</b>	<b>(29.461)</b>	<b>692.175</b>
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Edificações e benfeitorias	327	-	-	-	-	327
Máquinas e equipamentos	17.012	-	424	-	-	17.436
Veículos	120	-	-	-	-	120
Móveis e utensílios	12.365	-	-	-	-	12.365
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>29.824</b>	<b>-</b>	<b>424</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.248</b>
Edificações e benfeitorias	(114)	-	-	-	(6)	(120)
Máquinas e equipamentos	(10.294)	-	-	-	(1.083)	(11.377)
Veículos	(112)	-	-	-	(4)	(116)
Móveis e utensílios	(8.331)	-	-	-	(263)	(8.594)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(18.851)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.356)</b>	<b>(20.207)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>10.973</b>	<b>-</b>	<b>424</b>	<b>-</b>	<b>(1.356)</b>	<b>10.041</b>
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>-</b>	<b>424</b>	<b>(424)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>10.973</b>	<b>424</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.356)</b>	<b>10.041</b>
<b>Total Ativo intangível e Imobilizado</b>	<b>689.519</b>	<b>64.858</b>	<b>-</b>	<b>(21.344)</b>	<b>(30.817)</b>	<b>702.216</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$21.344, R\$18.975 foi transferido para o contas a receber da concessão, R\$2.368 referem-se às baixas realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,46% (4,40% em 31 de dezembro de 2015).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas a seguir:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/06/2016	31/12/2015
Contribuições do consumidor	95.874	84.939
Participação da União - recursos CDE	125.966	125.966
Participação do Governo do Estado	11.938	11.938
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	15.879	12.587
(-) Amortização acumulada	(61.089)	(56.327)
<b>Total</b>	<b>188.568</b>	<b>179.103</b>
Alocação:		
Contas a receber da concessão	18.910	15.286
Infraestrutura - Intangível em serviço	141.121	141.074
Infraestrutura - Intangível em curso	12.658	10.156
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	15.879	12.587
<b>Total</b>	<b>188.568</b>	<b>179.103</b>

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em agosto de 2009, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015 passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizada.

#### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em agosto de 2013, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizadas na rubrica Obrigações vinculadas à concessão.

Até 30 de junho de 2016, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$15.879 (R\$12.587 em 31 de dezembro de 2015), devendo ser amortizada a partir do próximo ciclo tarifário.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

**Imobilizado:**

Taxas de depreciação praticada pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	30/06/2016	31/12/2015
Edificações e benfeitorias	3,33%	3,33%
Máquinas e equipamentos	16,30%	16,24%
Veículos	14,29%	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%

**15. Fornecedores**

	30/06/2016	31/12/2015
Suprimento:		
CCEE	32.429	5.513
Contratos Bilaterais (1)	62.953	60.355
Encargos do serviço de sistema (1)	15.996	28.579
Conexão à rede (1)	405	405
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	434	499
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	3.526	3.414
Materiais, serviços e outros (2).	17.538	18.974
<b>Total</b>	<b>133.281</b>	<b>117.739</b>
Circulante	130.635	115.093
Não Circulante	2.646	2.646

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

**16. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.**

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes á eles relacionados, são como se segue:

	30/06/2016	31/12/2015
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	281.447	321.025
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	447.439	532.997
Encargos de dívidas - moeda nacional	1.696	1.421
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	2.113	2.221
(-) Custos a amortizar	(1.722)	(1.164)
(-) Marcação a mercado de dívidas	729	(4.818)
<b>Total</b>	<b>731.702</b>	<b>851.682</b>
Circulante	282.555	196.427
Não Circulante	449.147	655.255

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros (6)	Garantias
	30/06/2016	31/12/2015					
FIDIC Grupo Energisa III (*)	61.746	61.712	CDI + 0,70% a.a.	dez-20	Mensal	7,07%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	5.621	6.625	5,00% a.a. (Pré)	mar-22	Mensal	2,47%	F
Subtransmissão - Eletrobrás	-	1.552	5,00% a.a. (Pré)	mar-16	Mensal	2,47%	F
Devolução LPT - Eletrobrás	9.065	28.809	SELIC	mar-16	Mensal	6,73%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB <sup>(5)</sup>	9.519	14.282	7,80% a.a. (Pré)	jun-17	Mensal	3,83%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB	36.505	40.706	TJLP + 4,00% a.a.	jun-17	Mensal	5,66%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB <sup>(5)</sup>	2.429	3.644	8,10% a.a. (Pré)	jun-19	Mensal	3,97%	F + E
Repasso BNDES FINEM - Itaú <sup>(4)</sup>	24.213	27.320	TJLP + 3,50% a 8,90% a.a.	dez-23	Mensal	5,41% a 8,04%	A
Repasso BNDES - BNB	21.501	25.256	TJLP + 3,40% a 4,40% a.a.	jan-19	Mensal	5,37% a 5,86%	A
Repasso BNDES - Citibank <sup>(3)</sup>	28.987	28.682	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	5,64% a 5,79%	A
Repasso BNDES - Itaú <sup>(3)</sup>	7.845	7.763	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	5,64% a 5,79%	A
Repasso BNDES - Bradesco <sup>(3)</sup>	5.987	5.924	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	5,64% a 5,79%	A
Repasso BNDES - Citibank <sup>(3)</sup>	21.719	20.309	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	8,88%	A
Repasso BNDES - Itaú <sup>(3)</sup>	5.878	5.497	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	8,88%	A
Repasso BNDES - Bradesco <sup>(3)</sup>	4.486	4.194	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	8,88%	A
FINAME - Itaú	32.928	35.282	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	ago-23	Mensal	1,24% a 4,88%	A
Parcelamento FUNASA	4.714	4.889	IPCA	dez-29	Mensal	4,62%	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.722)	(1.164)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>281.421</b>	<b>321.282</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA <sup>(1)</sup>	195.089	237.036	3,49% a.a. (Pré)	abr-18	Anual	-16,07%	A
Resolução 4131 - Citibank <sup>(1 e 4)</sup>	222.132	258.875	Libor + 1,77% a 2,16% a.a.	mai-19	Anual	-16,29% a -16,10%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML <sup>(1 e 4)</sup>	32.331	39.307	Libor + 2,5% a.a.	out-16	Final	-15,93%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida <sup>(2)</sup>	729	(4.818)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>450.281</b>	<b>530.400</b>					
<b>Total</b>	<b>731.702</b>	<b>851.682</b>					

A = Aval Energisa S.A., E= Fundo de reserva, F=Recebíveis.

(\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$32.051 (R\$32.946 em 31 de dezembro de 2015), registrados na rubrica, "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo circulante.

(1) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 24).

(2) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 24).

(3) A controladora Energisa S.A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$97.496, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até junho de 2016 foram liberados R\$72.299, referente à 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados à expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 24 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas, entretanto, cabe esclarecer que o syndicado dos bancos do FINEM (Citibank, Banco Itaú e Bradesco) em correspondência de 30/06/2016 estabeleceu novos indicadores com aplicação a partir de 30 de junho de 2016 e vigência até 30 de junho de 2017.

- (4) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 24 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas, entretanto, cabe esclarecer que: O Bank of America em correspondências expedida em 29/06/2016, suspendeu a aplicação dos indicadores financeiros durante o período de 30 de junho de 2016 a 30 de junho de 2017.

O Citibank e Banco Itaú em correspondências de 30/06/2016 suspenderam a aplicação dos indicadores para 30 de junho de 2016 e fixaram novos indicadores até 30 de junho de 2017.

- (5) Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.  
 (6) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/06/2016	31/12/2015
US\$ x R\$	-17,80%	47,01%
TJLP	3,68%	7,00%
SELIC	6,73%	13,32%
CDI	6,72%	13,24%
LIBOR	0,63%	0,29%
IPCA	4,47%	10,67%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2016
2017	87.505
2018	191.719
2019	97.580
2020	44.117
Após 2020	28.226
<b>Total</b>	<b>449.147</b>

Seguem as movimentações ocorridas no período/ exercício:

Descrição	30/06/2016	31/12/2015
<b>Saldos em 31/12/2015 e 31/12/2014</b>	<b>851.683</b>	<b>624.832</b>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	10.251	223.145
Custos Apropriados	(806)	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial.	(72.802)	211.220
Marcação a Mercado das Dívidas	5.547	(4.818)
Pagamento de principal	(40.861)	(159.951)
Pagamento de juros	(21.310)	(42.745)
<b>Saldos em 30/06/2016 e 31/12/2015</b>	<b>731.702</b>	<b>851.683</b>
Circulante	282.555	196.428
Não circulante	449.147	655.255

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	65	97	274	436
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	73	37	-	110
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	14	13	-	27
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	52	104	156	312
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	77	155	605	837
	<b>281</b>	<b>406</b>	<b>1.035</b>	<b>1.722</b>

## 17. Tributos e Contribuições Sociais

	30/06/2016	31/12/2015
Imposto s/ circulação de mercadorias e serviços - ICMS	35.514	40.476
Encargos sociais	2.503	2.943
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	35.119	29.734
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	12.994	11.214
Contribuições ao PIS e a COFINS	11.667	20.213
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	722	968
Outros	640	917
<b>Total</b>	<b>99.159</b>	<b>106.465</b>
Circulante	49.696	65.034
Não circulante	49.463	41.431

## 18. Encargos setoriais

	30/06/2016	31/12/2015
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	11.604	13.876
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	490	720
Ministério de Minas e Energia - MME	245	360
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	11.348	10.305
Programa de Eficiência Energética - PEE	18.261	20.105
<b>Total</b>	<b>41.948</b>	<b>45.366</b>
<b>Circulante</b>	<b>28.443</b>	<b>33.295</b>
<b>Não circulante</b>	<b>13.505</b>	<b>12.071</b>

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

## 19. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total 30/06/2016	Total 31/12/2015
Saldos iniciais - 31/12/2015 e 31/12/2014	21.953	29.080	2.358	53.391	51.097
Provisão contingências	928	4.855	2	5.785	15.512
Reversões de provisões	(1.066)	(1.088)	(628)	(2.782)	(9.187)
Pagamentos	(2.208)	(3.723)	-	(5.931)	(8.837)
Atualização	1.087	1.523	126	2.736	4.806
<b>Saldos finais - 30/06/2016 e 31/12/2015</b>	<b>20.694</b>	<b>30.647</b>	<b>1.858</b>	<b>53.199</b>	<b>53.391</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)				(4.690)	(7.021)

(\*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$27.167 (R\$26.612 em 31 de dezembro de 2015) dos quais R\$22.477 (R\$19.591 em 31 de dezembro de 2015) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico de ganho ser possível ou remoto.

### Perdas prováveis

#### Trabalhistas:

A maioria das ações tem por objeto (i) verbas contratuais/legais (horas extras, danos moral, jornada de trabalho, diferença salarial), (ii) responsabilidade subsidiária (horas extras, vínculo, 13º salário, adicional periculosidade), (iii) indenização (acidente de trabalho, danos morais e materiais, verbas contratuais), entre outros, estando à variação relacionada (i) novos entrantes propostos no período, (ii) atualização monetária da base de ativos, (iii) alteração de provisão aumentos e baixas e (iv) reversões ocorridas no período.

No período foram constituídas cerca de R\$928 de provisões, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual. Entretanto a companhia realizou pagamentos da ordem de R\$2.208, e por consequência reverteu provisões de R\$1.066, fruto de arquivamentos de ações de empregados que discutiam o recebimento de horas extras e de sobreaviso, bem como de ações relacionadas a indenizações de danos morais e materiais, decorrentes de acidentes de trabalho, todas em estágio avançado de tramitação já julgadas desfavoravelmente à Companhia, encerradas por acordo ou pagamento.

#### Cíveis:

Nos processos cíveis discutem-se principalmente Indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores (cobrança por irregularidade, reclamação de consumo, suspensão de fornecimento, danos elétricos/queima de equipamentos, entre outros).

No período findo em 30 de junho de 2016 foram constituídas cerca de R\$4.855 de aumento de provisões, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, envolvendo as discussões sobre o recebimento de desvio no ramal, violação no aparelho de medição, procedimento irregular no medidor, oscilação de tensão, suspensão indevida, entre outros. Entretanto a companhia realizou pagamentos da ordem de R\$3.723, e por consequência reverteu provisões de R\$1.088, fruto de arquivamentos de ações, todas em estágio avançado de tramitação já julgadas desfavoráveis à Companhia, encerradas por acordo ou pagamento da condenação.

#### Fiscais:

Refere-se a discussões relacionadas a tributos (IRPJ, CSLL, IPTU, ISS) e ação regressiva acidentária (auxílio doença por acidente de trabalho). Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, pois encontram-se devidamente garantidos.

Os processos relacionados a IPTU tramitam na comarca de Cabedelo, onde se discute questões relacionadas a desapropriação de lotes pelo DNIT. Aguardando análise pericial.

Os processos relacionados a ISS, tramitam na esfera administrativa onde se discute ausência de retenção do imposto, no que tange a questões de compartilhamento de infra estrutura, já em fase de encerramento.

O processo de IRPJ/CSLL trata de diferenças apuradas no exercício 1997 a 2001, estando o processo em fase de andamento no CARF.

Os processos que envolvem ação regressiva acidentária estão relacionados a ressarcimento ao INSS pelos custos que arcou para tratar a saúde dos empregados acidentados.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

#### **Perdas possíveis**

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$437.698 (R\$378.269 em 31 de dezembro de 2015), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Os aumentos apresentados envolvem movimentações relacionadas à entrada de novos processos, alterações de provisão, reversão e atualização monetária e mudanças/alterações de prognóstico.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

#### **Trabalhistas:**

Ações judiciais de natureza trabalhistas na condição de réu no montante R\$23.402 (R\$21.400 em 31 de dezembro de 2015) referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, complementação de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reivindicando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

O aumento registrado ao longo do trimestre findo em 30 de junho de 2016 envolve movimentações relacionadas à entrada de novos processos, alterações de provisão, reversão e atualização monetária e mudanças/alterações de prognóstico.

#### **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível e juizado especial cível, na condição de réu, no montante de R\$98.975 (R\$85.079 em 31 de dezembro de 2015) referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia.

O aumento registrado ao longo do trimestre findo em 30 de junho de 2016 envolve movimentações relacionadas à atualização monetária e mudanças/alterações de prognóstico.

#### **Fiscais**

Ações de natureza fiscal e tributária no montante de R\$315.321 (R\$271.790 em 31 de dezembro de 2015) referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação

e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, leilão de energia, entre outros.

O aumento registrado durante o trimestre findo em 30 de junho de 2016 refere-se basicamente à entrada de um processo administrativo relacionado à auto de infração, com valor envolvido de R\$25.455, onde se discute aquisições de mercadorias objeto de creditamento no Livro CIAP (Controle do Crédito do Ativo Permanente) que supostamente não poderiam ser considerados de Ativo Fixo, por não serem de propriedade da Impugnante, mas sim do Poder Concedente (União Federal).

Principais processos:

. Auto de infração com montante envolvido de R\$95.230, pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da controlada EPB, bem como o suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Processo administrativo com montante envolvido de R\$39.846, pelo qual a Receita Federal autuou de forma reflexa o lançamento suplementar de IRPJ dos fatos geradores de 2001 e 2002 e anos calendários de 2005 e 2006, cobrando glosas de deduções de despesas, variações monetárias passivas, adições não computadas na apuração do lucro real e compensações não autorizadas.

**Uso de estimativas:** A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 20. Patrimônio líquido

---

### 20.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$526.992 (R\$487.457 em 31 de dezembro de 2015) está representado por 918.160 (918.160 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$39.535, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização do saldo da reserva de capital incentivo fiscal - redução de imposto de renda, passando o capital social a ser de R\$526.992.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 6.000.000 de ações, sendo até 4.092.176 em ações ordinárias e até 1.907.824 em ações preferenciais.

## 21. Receita operacional

	30/06/2016				30/06/2015			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2016 à 30/06/2016	01/01/2016 à 30/06/2016	Não revisado pelos auditores independentes		01/04/2015 à 30/06/2015	01/01/2015 à 30/06/2015
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	1.123.062	824.539	226.532	485.675	1.098.754	827.265	241.452	461.665
Industrial	4.216	235.813	50.381	107.374	4.425	263.386	60.212	116.691
Comercial	93.812	355.494	98.338	210.228	93.868	369.048	110.238	211.300
Rural	126.651	116.375	19.143	41.885	123.812	138.072	19.912	38.872
Poder Público	16.079	113.428	31.736	66.720	15.940	119.945	34.614	64.991
Iluminação Pública	695	119.429	19.565	42.684	681	115.331	22.748	41.565
Serviço Público	1.043	89.808	14.163	30.695	1.040	101.664	16.990	32.431
Consumo Próprio	254	2.302	-	-	244	2.268	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.365.812</b>	<b>1.857.188</b>	<b>459.858</b>	<b>985.261</b>	<b>1.338.764</b>	<b>1.936.979</b>	<b>506.166</b>	<b>967.515</b>
Suprimento	-	252.473	50.187	56.212	-	33.018	1.306	2.579
Fornecimento não faturado Líquido	-	(10.589)	(4.961)	(10.916)	-	(52.072)	(2.478)	(9.284)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	24	-	10.157	20.887	21	-	10.943	21.023
Receita de construção (1)	-	-	36.141	67.491	-	-	34.565	68.054
Outras receitas operacionais	-	-	2.534	7.159	-	-	2.821	5.976
(-) Ultrapassem Demanda	-	-	(414)	(854)	-	-	(1.507)	(2.154)
(-) Excedentes de Retativos	-	-	(1.173)	(2.438)	-	-	(57)	(1.169)
Constituição e Amortização - CVA Ativa e Passiva (2)	-	-	(10.837)	(44.969)	-	-	(7.937)	(23.404)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	29.593	59.306	-	-	31.040	63.940
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>1.365.836</b>	<b>2.099.072</b>	<b>571.085</b>	<b>1.137.139</b>	<b>1.338.785</b>	<b>1.917.925</b>	<b>574.862</b>	<b>1.093.076</b>
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	113.778	244.280	-	-	121.722	234.489
PIS	-	-	8.366	17.173	-	-	7.665	15.694
COFINS	-	-	38.537	79.101	-	-	35.305	72.289
ISS	-	-	132	258	-	-	114	225
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT (3)	-	-	(47)	52	-	-	(7.885)	(2.391)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.673	3.248	-	-	1.408	2.962
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	35.605	71.606	-	-	18.949	26.529
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.673	3.248	-	-	1.408	2.962
Taxa de Fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	-	-	512	1.025	-	-	-	-
<b>Total - deduções da receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>200.229</b>	<b>419.991</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>178.686</b>	<b>352.759</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>1.365.836</b>	<b>2.099.072</b>	<b>370.856</b>	<b>717.148</b>	<b>1.338.785</b>	<b>1.917.925</b>	<b>396.176</b>	<b>740.317</b>

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado do período de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.

(3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08/04/2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados nas rubricas Encargos do consumidor - Bandeira Tarifária e Reembolso do Fundo CDE - Bandeira Tarifária. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes às bandeiras tarifárias no período findo em 30 de junho de 2016, foram de R\$30.960 (R\$77.598 em 30 de junho de 2015), tendo sido repassados a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, o montante de R\$52 e recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$2.391 em 30 de junho de 2015. Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias no 1º semestre de 2016 foi de R\$30.908 (R\$79.989 em 30 de junho de 2015).

Em 30 de junho de 2015, o “reembolso do Fundo CDE - bandeira tarifária” foi originalmente registrada na demonstração do resultado na rubrica “energia elétrica comprada para revenda”. Para fins de comparabilidade, a Companhia reclassificou o montante de R\$79.989 para a rubrica “Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT”.

Para os meses de janeiro a junho de 2016 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	30/06/2016	30/06/2015
Janeiro	Despacho 265 de 01 de fevereiro de 2016 (nº 583 de 4 de março de 2015)	-	(1.755)
Fevereiro	Despacho 797 de 30 de março de 2016 (nº 8.297 de 30 de março de 2015)	(11)	(716)
Março	Nº 1.061 de 02 de maio de 2016 (Nº1. 356 de 4 de maio de 2015).	-	(948)
Abril	Nº 1.431 de 31 de maio de 2016 (Nº1. 743 de 29 de maio de 2015).	-	1.759
Maio	Nº 1.734 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.131 de 30 de junho de 2015)	(41)	5.097
Junho	Valor a ser homologado	-	(1.046)
<b>Total</b>		<b>(52)</b>	<b>2.391</b>

## 22. Custo de Energia Elétrica Comprada para Revenda

	MWH (2)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/06/2016	30/06/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/01/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015
Energia de leilão	1.201.267	1.132.984	111.467	224.569	108.316	217.927
Energia bilateral	218.931	217.727	8.324	35.069	21.229	42.424
Cotas de Angra REN 530/12 (3)	73.873	75.429	7.464	15.006	6.505	12.683
Energia de curto prazo - CCEE	-	7.648	32.263	35.894	59.255	101.850
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	922.260	802.933	26.518	52.754	12.910	25.441
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	42.840	43.434	7.853	15.705	5.369	10.738
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	-	-	-	-	(25.742)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(15.628)	(31.567)	(6.379)	(20.209)
<b>Total</b>	<b>2.459.171</b>	<b>2.280.155</b>	<b>178.261</b>	<b>347.430</b>	<b>207.205</b>	<b>365.112</b>

(1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$25.742.

Os valores referentes aos Despachos de junho de 2016 foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias

(2) Não revisado pelos auditores independentes.

(3) Contempla valor da REN 1585/2013.

Os valores referentes aos Despachos de junho de 2016 foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

## 23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			30/06/2016	31/12/2015
Risco Operacional	23/10/2016	38.000	209	209
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2016	50.600	275	275
Frota- Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2016	Até R\$ 360 /veículo	182	182
Vida em Grupo - Morte e Acidentes pessoais	31/12/2016	94.867	266	266
			<b>932</b>	<b>932</b>

### Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

### Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

### Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Geral Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em eventuais sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais e morais.

### Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente e total por doença e auxílio funeral de seus empregados.

## 24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	30/06/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	2	78.607	78.607	115.287	115.287
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	133.238	133.238	142.683	142.683
Consumidores e concessionárias	2	304.143	304.143	287.005	287.005
Conta a receber da concessão	3	380.858	380.858	349.759	349.759
Ativo financeiro setorial	3	56.595	56.595	157.912	157.912
Instrumentos financeiros derivativos	2	92.426	92.426	84.630	84.630

PASSIVO	Nível	30/06/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	2	133.281	133.281	117.739	117.739
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.	2	731.702	732.844	851.682	852.748
Instrumentos financeiros derivativos	2	16.235	16.235	19.213	19.213
Passivo financeiro setorial	3	94.550	94.550	150.537	150.537

### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado os respectivos ativos e passivos financeiros setoriais e contas a receber da concessão como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do período de R\$12.824, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados nas notas explicativas nº 9 e 13.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, estão identificadas a seguir:

### Não derivativos - classificação e mensuração

#### Empréstimos e recebíveis

Incluem consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão e ativo financeiro setorial líquido. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

#### Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia

manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

#### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

#### **Passivos financeiros pelo custo amortizado**

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros referentes aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia realizou a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

#### **Derivativos**

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

#### **Hedge Accounting**

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 30 de junho de 2016 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge

foi impactado em R\$5.357 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no primeiro semestre de 2016, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 30 de novembro de 2015, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$190 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista a cada 2 anos e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é o como segue:

	30/06/2016	31/12/2015
Dívida (a)	731.702	851.682
Caixa e equivalentes de caixa	(78.607)	(115.287)
Dívida líquida	653.095	736.395
Patrimônio líquido (b)	758.190	694.807
Índice de endividamento líquido	0,86	1,06

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		130.635				2.646	133.281
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	13,90%	151.118	168.597	397.509	122.148	22.151	861.523
<b>Total</b>		<b>281.753</b>	<b>168.597</b>	<b>397.509</b>	<b>122.148</b>	<b>24.797</b>	<b>994.804</b>

### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

#### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e equivalente de caixa	78.607	115.287
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	133.238	142.683
Consumidores e concessionárias	304.143	287.005
Conta a receber da concessão	380.858	349.759
Ativo financeiro setorial	56.595	157.912
Instrumentos financeiros derivativos	92.426	84.630

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 9, 13 e 24.

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 16, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de junho de 2016, com queda de 17,8% sobre 31 de dezembro de 2015, cotado a R\$3,2098/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2016 era de 18,28%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%.

Do montante Consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2016, de R\$733.424 (R\$852.846 em 31 de dezembro de 2015), R\$450.281 (R\$530.400 em 31 de dezembro de 2015) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 16. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólares têm custo de até variação cambial mais 3,49% ao ano e vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento em 28 de maio de 2019.

No balanço patrimonial de 30 de junho de 2016 a Companhia apresenta no ativo circulante R\$33.975 (R\$14.799 em 31 de dezembro de 2015), R\$58.451 (R\$69.831 em 31 de dezembro de 2015) no ativo não circulante, R\$15.806 (R\$19.213 em 31 de dezembro de 2015) no passivo circulante e R\$429 no passivo não circulante, a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer à reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização.

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Itaú BBA	60.277	VC + 4,11%	108,95% CDI	17/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	40.000	VC + (Libor + 1,8987%) x 117,65%	101,00% CDI	21/09/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	5.500	VC + (Libor + 1,88%) x 117,65%	CDI + 1,80%	27/02/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	20.720	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.000	VC + (Libor + 2,50%) x 117,65%	CDI + 1,40%	20/10/2016	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	2.900	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2016	31/12/2015		30/06/2016	31/12/2015
Swap Cambial com opções	-	234.600	<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira-USD e LIBOR	-	392.455
			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	-	(241.347)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	-	(100.755)
		<b>Posição Total Swap Com Opções</b>	-	50.353	

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2016	31/12/2015		30/06/2016	31/12/2015
Dívida designada para "Fair Value Option"	49.602	39.350	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(41.840)	(39.264)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	41.840	39.264
Swap Cambial (Derivativo)	49.602	39.350	<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(51.699)	(40.931)
			Posição Líquida Swap	(9.859)	(1.667)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(51.699)	(40.931)

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2016	31/12/2015		30/06/2016	31/12/2015
Dívida (Objeto de Hedge) *	315.385	80.785	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(408.440)	(97.800)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	410.804	101.712
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	315.385	80.785	<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(324.754)	(84.981)
			Posição Líquida Swap	86.050	16.731
			Posição Líquida Dívida + Swap	(322.391)	(81.069)

(\*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

#### Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

## a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2016, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(452.644)		(453.528)	(566.910)	(680.292)
Variação Dívida	-		(884)	(114.266)	(227.648)
<b>Swap Cambial</b>					
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	452.644		453.528	566.910	680.292
Variação - USD e LIBOR	-	Alta US\$	884	114.266	227.648
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(376.453)		(376.453)	(376.453)	(376.453)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>76.191</b>		<b>77.075</b>	<b>190.457</b>	<b>303.839</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>76.191</b>		<b>76.191</b>	<b>76.191</b>	<b>76.191</b>

(\*) Considera curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela Pesquisa Focus vigente em 30 de junho de 2016, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$3,2098 no cenário provável, R\$ 4,0123 no cenário 25% e R\$ 4,8147 no cenário 50%.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de junho de 2016, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$76.191 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria positivo de R\$76.191 em ambos os casos.

## b) Variação das taxas de juros

A Energisa Paraíba não possui instrumentos financeiros derivativos indexados à taxa de juros.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2016 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 3,25%, TJLP = 7,5% ao ano e FNE = 8% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	187.532	Alta do CDI	26.723	33.404	40.085
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(376.454)	Alta USD	(53.645)	(67.056)	(80.468)
	(61.746)	Alta CDI	(8.799)	(10.999)	(13.199)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(125.038)	Alta TJLP	(9.378)	(11.723)	(14.067)
	(41.148)	Alta SELIC	(5.864)	(7.330)	(8.796)
<b>Subtotal (**)</b>	<b>(604.386)</b>		<b>(77.686)</b>	<b>(97.108)</b>	<b>(116.530)</b>
<b>Total</b>	<b>(416.854)</b>		<b>(50.963)</b>	<b>(63.704)</b>	<b>(76.445)</b>

(\*) Considera o CDI de 30 de junho de 2017 (14,25 % ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2016, TJLP 7,5% ao ano e SELIC de 14,25%.

(\*\*) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$129.038.

## 25. Benefícios a empregados

---

### a) Plano de suplementação de aposentadoria

#### Plano de benefício definido

O plano de benefícios previdenciários (Funasa) mantido pela Companhia na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial.

Na busca do equacionamento desse plano a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento do Plano de Benefício Definido (BD) para novos participantes;
2. Criação do Plano Saldado (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação do Plano de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para o plano (PS).

Os participantes que optaram pela migração para o plano (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação do plano foi objeto de contrato de assunção pela patrocinadora Energisa PB com o respectivo fundo patrocinado - Funasa. Em função de sua característica, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

A Companhia firmou com a Funasa contrato de assunção de dívida em 30 de julho de 2015 no montante de R\$4.994, correspondente ao valor dos recursos necessários para equacionar o déficit técnico e à capitalização das demais insuficiências de reservas matemáticas do Plano Saldado Funasa - PSF. O valor da dívida foi parcelado em 173 parcelas de R\$29 (Tabela SAC com juros apurado e pagos mensalmente), caso os juros sejam inferiores a taxa atuarial, será utilizado à taxa atuarial para cálculo da parcela mensal a ser paga.

#### Plano de contribuição definida

A Companhia possui plano de contribuição definida após a reestruturação apresentada acima.

O plano (CD) se caracteriza por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

No período findo em 30 de junho de 2016 a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$11.201 (R\$5.719 em 30 de junho de 2015).

### b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

No período findo em 30 de junho de 2016 as despesas com o plano de saúde foram de R\$2.134 (R\$1.870 em 30 de junho de 2015).

## 26. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
2016 a 2048	338.742	644.182	629.653	659.341	590.111	9.928.648

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de Junho de 2016 e foram homologados pela ANEEL.

(\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

## 27. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	30/06/2016	31/12/2015
<b>Outras transações não caixa</b>		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	18.975	53.975
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	13.184	21.653
<b>Atividades operacionais</b>		
Pagamento de Fornecedores a prazo	7.174	6.691
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	7.174	6.691
Aquisição de intangível com pagamento de recursos do FINAME	-	2.329
<b>Atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos para aquisição de equipamentos FINAME	-	2.329
Aumento de capital com reservas	39.535	26.033

## 28. Eventos subsequentes

### Dividendos

O Conselho de Administração da Energisa Paraíba aprovou as seguintes distribuições de dividendos intermediários, relativos ao exercício em curso:

- i) em reunião de 07 de julho, o valor de R\$ 44.114, à razão de R\$ 48,0457506099 por ação ordinária. Estes dividendos foram pagos em 11 de julho; e
- ii) em reunião de 12 de agosto o montante de R\$ 21.142, equivalente a R\$ 23,0264317439 por ação ordinária. Estes dividendos serão pagos a partir do dia 15 de agosto.

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.  
João Pessoa - PB

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### *Demonstração do valor adicionado*

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4